

**EMPRESAS SOCIAIS BASEADAS EM COMUNIDADES: ESTUDO DOS FATORES
INFLUENCIADORES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

GELCIOMAR SIMÃO JUSTEN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

ANDRÉA PAULA SEGATTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

RODRIGO LUIZ MORAIS-DA-SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

INDIRA GANDHI BEZERRA DE SOUSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

EMPRESAS SOCIAIS BASEADAS EM COMUNIDADES: ESTUDO DOS FATORES INFLUENCIADORES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Resumo: Nos últimos tempos, o fenômeno das organizações com propósito social tem se intensificado, especialmente nas economias emergentes onde as comunidades buscam criar alternativas para suavizar os impactos negativos de seus problemas de ordem socioeconômica e ambiental. Diante disso, o objetivo desse estudo é identificar os fatores que influenciam a criação de Empresas Sociais Baseadas em Comunidades (ESBC). Para tal, foi realizada pesquisa com comunidades inseridas na Amazônia Brasileira, tendo como princípio os dados coletados e analisados qualitativamente por meio de entrevistas e documentos. Os resultados demonstram que as comunidades pesquisadas se encontravam em situação de vulnerabilidade e que careciam de alternativas capazes de modificar, especialmente, suas estruturas sociais. Considerando as variáveis do contexto em que se inseriam, as comunidades protagonizaram um processo de criação de uma ESBC, o qual foi influenciado por fatores desencadeadores, facilitadores e barreiras. Além de identificar os fatores inerentes ao processo e agrupá-los nessas três categorias, o estudo permitiu posicionar os mesmos fatores nos contextos endógeno e exógeno. Por fim, esse estudo ainda traz menção aos resultados alcançados pelas comunidades a partir de suas ESBC, apresentando percepções e implicações, bem como sugestões para estudos futuros.

Palavras-chave: Empresa Social Baseada em Comunidades; Amazônia Brasileira; Desencadeadores; Facilitadores; Barreiras.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, os problemas de ordem socioeconômica e ambiental tem se acentuado nas nações, especialmente naquelas que são consideradas emergentes ou em desenvolvimento. Diante disso, um fenômeno tem ocupado espaço nos debates acadêmicos e no meio prático, sendo este o das empresas sociais (BARKI; RODIGUES; COMINI, 2020).

As empresas sociais são organizações que surgem com o propósito de gerar valor social ao passo que suavizam os impactos negativos dos problemas socioeconômicos e ambientais que assolam a sociedade (BEZERRA-DE-SOUSA; MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2019). Empresa social é uma das nomenclaturas possíveis para esse tipo de organização, fazendo parte de um campo polissêmico que a caracterizará de acordo com sua realidade e perspectiva (PETRINI; SCHERER; BACK, 2016). Diante desse fenômeno tem surgido literaturas para explicá-lo, mas forma concentrada em economias desenvolvidas. Assim é importante trazer essa observação para as economias emergentes, de maneira a observar como esse fenômeno se porta em contextos específicos com suas particularidades, diferentes das economias desenvolvidas (VALCHOVSKA; WATTS, 2016).

Na América do Sul, especialmente no Brasil, o fenômeno das organizações com propósito de impacto social positivo tem sido crescente nos últimos anos (BEZERRA-DE-SOUSA et. al., 2019), o que demanda pela compreensão dos fatores a ele inerentes no contexto das comunidades, especialmente daquelas que se encontram ou que já passaram por situações de vulnerabilidade. Lançando essa ótica sobre um contexto específico, como o da Amazônia Brasileira, o fenômeno das organizações com finalidade social tem sido discutido de maneira crescente. O campo prático está tratando de um formato organizacional que seja aderente ao local em que se insere, ou seja, aderente a realidade socioeconômica e ambiental das comunidades. Essas organizações têm suas particularidades e carecem de explicações não generalizadas, uma vez que elas são criadas com base nas lacunas e problemas experienciados pelas comunidades que, a partir desse reconhecimento, identificam suas vocações e recursos passíveis de ser empenhados no mercado como forma de resolver ou suavizar os problemas

socioeconômicos e ambientais que as assolam. Assim, o campo está mostrando um tipo de organização que pode ser abordada como Empresa Social Baseada em Comunidades (ESBC).

Por se tratar de um fenômeno muito específico, com características e particularidades do meio em que se desenvolve, chama-se a atenção para a relevância de se conhecer os fatores que influenciam na criação dessas ESBC. Assim, a questão norteadora desse estudo é: quais os fatores que influenciam na criação de Empresas Sociais Baseadas em Comunidades (ESBC)? Para responder a tal questionamento, o objetivo desse estudo é identificar os fatores que influenciam a criação de ESBC a partir de pesquisa desenvolvida com comunidades inseridas no contexto da Amazônia Brasileira.

Esse estudo se justifica por sua relevância no campo teórico e prático. No campo teórico, o estudo traz reflexões a partir de bases conceituais que podem ser utilizadas e adaptadas para explicar as ESBC, partindo de definições que podem não ficar claras se observadas somente sob a ótica das empresas sociais ou das empresas de base comunitária. Nesse sentido, o estudo se justifica, também, no aspecto prático, uma vez que chama a atenção para a observação de fatores que podem influenciar a criação das ESBC, o que deve ser considerado pelos diversos atores relacionados com o processo, sendo as próprias comunidades, atores públicos e privados e outros que podem se engajar com a busca por alternativas para melhorar a sociedade e torná-la sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Empresas Sociais Baseadas em Comunidades (ESBC)

A discussão do aspecto social no campo dos negócios tem sido um fenômeno crescente no meio acadêmico e no campo prático. Essas discussões têm sido direcionadas a partir de diversas nomenclaturas utilizadas para explicar modelos organizacionais que surgem com o propósito de gerar impacto socioeconômico e ambiental positivo na sociedade (PETRINI; SCHERER; BACK, 2016), tais como empresas sociais, negócios sociais, negócios inclusivos, negócios para a base da pirâmide e negócios de impacto social (BARKI; RODRIGUES; COMINI, 2020).

Nas literaturas acadêmicas, a nomenclatura mais usual tem sido o de empresa social, utilizado para se referir a organizações que surgem com o propósito de amenizar os impactos socioeconômicos e ambientais do contexto em que se inserem (BEZERRA-DE-SOUSA; MORAIS-DA-SILVA; TAKAHASHI; SEGATTO, 2019). São, assim, entidades de objetivos híbridos que almejam gerar impacto social a partir de sua atuação no mercado de bens e serviços (NASCIMENTO; SALAZAR, 2020).

Por sua atuação, as empresas sociais buscam a sustentabilidade financeira, mas não como um fim e sim como um meio para promover mudanças na sociedade (LAYLO, 2018). As empresas sociais são tipos de organizações pautadas na busca por solução dos problemas que assolam a sociedade, atuando para gerar impacto positivo e criar valor social (CAMPOS-CLIMENT; SANCHIS-PALACIO, 2017). Essas organizações emergem no seio dos problemas socioeconômicos e ambientais, especialmente em contextos fragmentados pela ausência ou carência de mecanismos institucionais (MURPHY; DANIS; MACK; SAYERS, 2020).

Diante da multiplicidade de conceitos e nomenclaturas, as organizações com finalidade social podem assumir diversos formatos (DEFOURNY; NYSSSENS, 2017) que, na América Latina e, especialmente, no Brasil consistem em cooperativas, organizações autogestionárias, organizações de microcrédito e redes de comércio justo (GODOI-DE-SOUSA; VALADÃO JÚNIOR, 2013).

Aplicando essa ótica para as organizações coletivas, de base comunitária, tem-se a contextualização das Empresas de Base Comunitária - Community-Based Enterprise (CBE),

em que a comunidade atua como empreendedora por visualizar uma oportunidade de mercado e como empresa por utilizar sua estrutura social para produção de bens e serviços (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Ainda, de acordo com os mesmos autores, as CBE surgem nas comunidades com o propósito de gerar o bem comum, o que não implica, necessariamente, ser a solução de um problema social. Uma organização de base comunitária preconiza pela apropriação dos recursos da comunidade por seus membros, engajando-os em atividades produtivas (DENTONI; PASCUCI; POLDNER; GARTNER, 2018) para promoção do desenvolvimento econômico e social do local em que se inserem (PEREDO; CHRISMAN, 2006). Em suma, uma CBE é criada para gerar lucros para a comunidade e pode, também, incluir em seu escopo de atuação o alcance de metas sociais e ambientais (HERTEL; BINDER; FAUCHART, 2021).

Todavia, para se conceituar uma organização é preciso compreender o contexto em que ela se insere (VALCHOVSKA; WATTS, 2016). Assim, pensando na lógica comunitária com suas particularidades, o posicionamento conceitual de uma organização que surge nesse contexto pode não representar a realidade, tal como uma CBE que não necessariamente é criada para atender os problemas socioeconômicos e ambientais das comunidades (HERTEL; BINDER; FAUCHART, 2021) ou uma empresa social que tem esse propósito mas não, necessariamente, é criada e gerida pela comunidade em que desenvolve suas atividades (MURPHY; DANIS; MACK; SAYERS, 2020).

A partir de um contexto específico, em que se consideram suas particularidades e suas lacunas, o presente estudo adota a nomenclatura de Empresa Social Baseada em Comunidades (ESBC), definição que emergiu do campo, para se referir a organizações, de diversos formatos, que são criadas nas e pelas comunidades com o intuito, primeiramente, de amenizar ou solucionar os seus problemas de ordem socioeconômica e ambiental.

Diante disso, o estudo que se apresenta é guiado por essa definição de ESBC, que se pauta nos conceitos de empresa social e de CBE, tendo clareza de que essa nomenclatura é utilizada por ser observada em um contexto muito específico e que não, necessariamente, pode ser generalizado.

2.2 Criação de Empresas Sociais Baseadas em Comunidades

Nos moldes apresentados no item anterior, a criação de uma organização com finalidade social pode se dar por um processo multifacetado, o que requer a observância do contexto em que se desenvolve (VALCHOVSKA; WATTS, 2016) e os fatores que influenciam.

Inicialmente, um fator que influencia a criação dessas organizações é o propósito de gerar valor social (ALTINAY; SIGALA; WALIGO, 2016) ao passo que amenizam os problemas que assolam a sociedade, impactando positivamente a vida das pessoas com a geração de trabalho e renda, habitação, saúde, educação e outros elementos transformadores da realidade social (BEZERRA-DE-SOUSA et. al., 2019). Relacionado a isso, outro fator que pode influenciar para a criação de uma organização social é a busca por resultados capazes de tornar o local sustentável (ALTINAY; SIGALA; WALIGO, 2016).

A criação dessas organizações é resultante da soma de diversos fatores, tais como o empreendedorismo social, o contexto e a possibilidade de apoio de parceiros para promoção de mudanças sociais (SHARIR; LERNER, 2006). De maneira especial, os elementos que moldam a realidade social do local, são fatores preponderantes para a criação de organizações com finalidade social (GADDEFORS; ANDERSON, 2017).

A criação de empresas sociais passa por diversos estágios, desde a gestação da ideia até a mensuração do impacto (LIU; ZHANG; JING, 2016). Esse processo segue a lógica de identificação de uma oportunidade de alcance de objetivos sociais, perpassando pelo desenvolvimento de atividades e avaliação dos resultados em relação ao propósito inicial

(SALAMZADE; ARASTI; ELYASI, 2017). Os dois estudos apresentam uma certa lógica processual, mas não detalham ou caracterizam os fatores presentes e que influenciam a criação de uma empresa social ou qualquer outra organização nesse sentido.

Em um estudo desenvolvido na Nova Zelândia, identificou-se que as empresas sociais surgem com base nas condições do local, tendo como facilitador desse processo a presença institucional do governo com a disponibilização de recursos financeiros para investimentos em questões sociais (GRANT, 2017). Outro estudo, desenvolvido na Escócia, também apresenta a disponibilidade de recursos financeiros por entidades governamentais como um facilitador para a criação de empresas sociais (FINLAYSON; ROY, 2019). Como dificultador desse processo, identificou-se o baixo investimento privado para empresas nascentes (GRANT, 2017) e de outros parceiros não governamentais voltados para financiamentos de impacto (PHILLIPS; JOHNSON, 2021).

A criação de organizações sociais pode ser dificultada por barreiras institucionais do ecossistema em que se desenvolvem, decorrentes dos interesses conflitantes por parte dos atores envolvidos (MAHER; HAZENBERG, 2021). Os mesmos autores dizem que se as empresas sociais, para evitar conflitos, operarem fora do ecossistema passam a ser vistas como concorrentes e enfrentam barreiras quanto a obtenção de apoio político.

Os estudos apresentados chamam a atenção para elementos que podem se fazer presentes no processo de criação de organizações sociais, mas não trazem detalhes ou posicionamentos acerca da visualização de fatores de maneira conjunta, atribuindo-lhes responsabilidades. Nesse sentido, nosso estudo traz um compilado de fatores que influenciam o processo de criação de uma ESBC, discutindo-os com as abordagens conceituais aqui apresentadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo proposto, o presente estudo se desenvolve a partir de pesquisa qualitativa com abordagem descritiva (CRESWELL, 2010) realizada com comunidades da Amazônia Brasileira com o intuito de sistematizar conhecimentos necessários para identificação de fatores que contribuem para a criação de ESBC.

Quanto ao método, a pesquisa consiste em estudo de casos múltiplos (YIN, 2015), partindo-se do pressuposto de que essa é a forma mais adequada para observar e compreender o fenômeno estudado, ou seja, a identificação dos fatores influenciadores da criação de ESBC. Para levantamento de possíveis casos a serem estudados, tomou-se por base o Mapa do desafio Conexsus, onde foi possível conhecer um pouco da realidade pretendida para a pesquisa e obter o contato das comunidades. Os casos foram selecionados a partir de critérios, sendo: i) estar inserida no bioma amazônico; ii) organização formalizada (independente do formato jurídico) que comercialize bens ou serviços; iii) que tenha sido criada pela própria comunidade em que se insere. Após o enquadramento nos critérios estipulados, foram encaminhados e-mails para as comunidades, de maneira que, com o aceite, chegou-se a um total de oito (08) casos, apresentados no Quadro 01 a seguir.

QUADRO 01: CASOS SELECIONADOS PARA A PESQUISA

Caso	Estado	Localização
Projeto RECA: Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA e pela Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA (Cooper-RECA).	Rondônia	Comunidade de agricultores familiares localizada no Distrito de Nova Califórnia, Município de Porto Velho.
COOPERVIA: Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte do Estado de Mato Grosso.	Mato Grosso	Comunidade de agricultores familiares localizada no Município de Cláudia.

COMARU: Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru.	Amapá	Comunidade de extrativistas localizada no Município de Laranjal do Jari.
COOPATRANS: Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica.	Pará	Comunidade de agricultores familiares localizada no Município de Medicilândia.
COOPAFS: Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Santarém.	Pará	Comunidades (várias) de agricultores familiares localizadas no Município de Santarém.
ACCPAJ: Associação dos (as) Coletores (as) de Castanha-do-Brasil do PA (Projeto de Assentamento) Juruena.	Mato Grosso	Comunidade de coletores de Castanha localizada no Município de Cotriguaçu.
Agrofrutas-Tarumã: Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Tarumã Mirim.	Amazonas	Comunidade de agricultores familiares localizada no Município de Manaus.
ADERJUR: Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena.	Mato Grosso	Comunidade de agricultores familiares localizada no Município de Juruena.

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Por conta do período de pandemia, decretado logo no início da coleta de dados, optou-se por não abrir a pesquisa para a inclusão de mais comunidades.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados se deu por meio de fontes primárias e secundárias (FLICK, 2009). As fontes primárias foram entrevistas presenciais e remotas com membros representantes das comunidades. Para enriquecer a gama de dados, foram pesquisadas fontes secundárias, documentos que pudessem auxiliar na compreensão da dinâmica das comunidades pesquisadas, tais como reportagens, notas publicadas em sites institucionais das organizações, dentre outros.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial (quando possível) e remota, considerando a pandemia de covid-19, entre janeiro de 2020 e março de 2021. Ao todo, foram entrevistadas 16 pessoas, considerando que algumas entrevistas iniciais foram remotas, sendo complementadas por entrevistas presenciais com o mesmo respondente – casos da COOPATRANS, COOPAFS e ACCPAJ. Foram analisados, também, 17 documentos referentes às comunidades pesquisadas, como forma de enriquecer os achados para o estudo.

Os sujeitos entrevistados foram considerados a partir de critérios, como: i) ser membro da organização; ii) estar em cargo de diretoria – para conceder autorização e por conhecer o histórico da organização; iii) ter participado do processo de criação da organização; iv) ter disponibilidade de conceder entrevista, tanto remota quanto presencial. Considerando os critérios estabelecidos, as próprias organizações indicaram seus representantes para as entrevistas. O número de pessoas entrevistadas se deu pelo critério de disponibilidade, especialmente para as entrevistas remotas.

Para garantia da ética na pesquisa, os participantes assinaram termos de consentimento, atestando sua inserção como sujeitos voluntários para responder ao que se pediu.

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados durante a pesquisa de campo foram explorados a partir da técnica de análise de conteúdo, seguindo o preconizado por Bardin (2004): i) pré análise, com transcrição dos dados em Microsoft Office Word; ii) exploração, com a exportação dos dados para o ATLAS.ti – versão 8, criando-se projetos com os nomes das organizações (Quadro 01) e códigos como Desencadeador (fatores que deram início ao processo), Facilitador (fatores que favoreceram o desenvolvimento do processo), Barreira (fatores que dificultaram o desenvolvimento do processo); iii) tratamento e interpretação, com a leitura dos arquivos e vinculação dos trechos aos códigos pertinentes que, posteriormente, geraram relatórios para construção dos textos

Os dados da pesquisa, após analisados, são apresentados a seguir com inferências dos pesquisadores e discussões com as literaturas de referência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Contexto das comunidades

Os casos que compõe esse estudo são todos de organizações criadas em e por comunidades da Amazônia Brasileira em formatos de cooperativas e associações, os mais adequados a realidade do local em que se inserem. Tais organizações emergiram frente as necessidades das suas comunidades, consistindo em mecanismos de representação e promoção de alternativas para solucionar ou diminuir os impactos negativos dos problemas socioeconômicos e ambientais do local.

Por essa dinâmica, tem-se organizações que foram criadas olhando, primeiramente, para o interior das comunidades, com suas fragilidades e demandas. A partir disso, foram pensadas alternativas de produção e comércio com base nos recursos disponíveis. Essas organizações passaram a desenvolver atividades comerciais não para atender a um nicho de mercado, mas sim para promover, primeiramente, a transformação positiva nos contextos socioeconômico e ambiental de suas comunidades. Assim, essas organizações são, aqui, tratadas como Empresas Sociais Baseadas em Comunidades (ESBC).

Para melhor compreender o objeto desse estudo, inicialmente são apresentados os casos pesquisados e a realidade em que se inserem, de maneira que possam ser visualizados o propósito de criação e a atuação das ESBC.

O primeiro caso é do Projeto RECA - Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA (Cooper-RECA), comunidade de agrosilvicultores localizada no Distrito de Nova Califórnia, Município de Porto Velho – Rondônia. A comunidade se iniciou em meados da década de 1970, com a chegada de migrantes para colonizar as terras na região Norte do país. Todavia, ao chegar no local, as famílias, em sua maioria vindas do Sul e Sudeste, se depararam com dificuldades, tais como falta de infraestrutura logística, documentações, condições para produção, doenças tropicais, falta de apoio governamental, dentre outros. Frente a esse contexto, a comunidade se reuniu e criou uma associação para representar seus interesses e buscar apoio para melhorias nas condições de vida local. Começaram a produzir e comercializar, criando em seguida uma cooperativa que hoje conta com potencial produtivo e inserção nas cadeias da sociobiodiversidade, gerando trabalho, renda e melhorias nas condições de vida das famílias membros da organização, da localidade como um todo e seus entornos.

O segundo caso é da Cooperativa dos Produtores Agropecuários da Região Norte do Estado de Mato Grosso (COOPERVIA), localizada no Assentamento 12 de Outubro, Município de Cláudia – Mato Grosso. A comunidade se formou por um projeto de assentamento do Movimento dos Sem Terra – MST. Como diretriz do Movimento, a comunidade tinha que mostrar seu potencial produtivo e, para tanto, foi criada uma cooperativa como mecanismo de legitimar a permanência das famílias no local. Em primeiro momento houve a articulação da comunidade e seus membros, com as decisões conjuntas do que poderia ser feito e quais os caminhos a serem seguidos. Com a criação e operacionalização desse formato organizacional, as famílias passaram a produzir e comercializar, gerando trabalho e renda, garantindo sua permanência no local, melhorando as condições de vida e promovendo capacitações por meio de processos educativos para produção agroecológica. A organização, além da comunidade, apoia outras comunidades de seu entorno para ações de desenvolvimento local sustentável.

Em seguida tem-se o caso da comunidade representada pela Cooperativa Mista dos Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), de Laranjal do Jari – Amapá. Essa comunidade tem sua história pautada na busca por melhorias nas condições de vida das famílias

residentes no local, uma vez que elas se inseriam em um contexto de dificuldades por falta de alternativas ao comércio dos produtos da floresta. Devido a pouca organização social, as famílias produziam e comercializavam de maneira isolada, ficando a mercê de entrepostos que as exploravam. Diante disso, um pequeno grupo teve a ideia de criar uma cooperativa para representar a comunidade, o que se concretizou e passou a gerar impacto positivo no local. As famílias passaram a ter acesso direto aos mercados para seus produtos, conseguindo melhores preços e melhoria na renda. A organização foi sendo ampliada e modernizada, como maior capacidade produtiva e maior inserção nos mercados da sociobiodiversidade. Assim, percebem-se diversas melhorias para a comunidade, desde geração de trabalho e renda, capacidade de aquisição de bens, investimentos em educação, preservação ambiental e outros que se expandem para as comunidades vizinhas.

O quarto caso é da Cooperativa Agroindustrial da Transamazônica (COOPATRANS), comunidade de agricultores familiares do Município de Medicilândia – Pará. A comunidade se formou com a chegada de migrantes de outras regiões do país para produção de cana-de-açúcar na Transamazônica. Todavia, o projeto não prosperou e os produtores ficaram endividados e sem alternativas para sobrevivência no local, além do grande impacto ambiental causado por conta do desmatamento. Na comunidade existiam alguns produtores que militavam por meios de produção sustentáveis, alinhados com a realidade dos recursos na Amazônia. Assim, uniram-se para criar uma organização, a partir da qual, pudessem gerar meios para manutenção das famílias e comércio de excedentes. Com a criação e operacionalização da cooperativa, as famílias passaram a ter alternativas de produção e comércio, recuperação ambiental e desenvolvimento para o local e para as comunidades da região.

Outro caso é o da comunidade representada pela Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar de Santarém (COOPAFS). Essa organização foi criada por agricultores familiares, produtores de hortifrutis localizados no Cinturão Verde do Município de Santarém – Pará. Os produtores tinham suas hortaliças que comercializavam de maneira isolada, a baixos preços, o que dificultava o retorno financeiro para manutenção das famílias e perenidade na atividade produtiva. Diante dessa realidade, foi criada a cooperativa que passou a representar os produtores, criando melhores alternativas para que pudesse produzir e comercializar de forma direta, sem os intermediários que os exploravam. Assim, os agricultores do Cinturão Verde e de comunidades no entorno de Santarém, conseguem melhores preços em seus produtos, com melhores retornos que são investidos para manutenção e bem-estar das famílias, como aquisição de bens, educação e outros meios de vida mais digna.

O sexto caso que compõe esse estudo é o da Associação dos Coletores (as) de Castanha-do-Brasil do PA Juruena (ACCPAJ), localizada no Projeto de Assentamento (PA) Juruena, Município de Cotriguaçu – Mato Grosso. A comunidade é formada por agricultores que residem no assentamento e vivem de atividades de agricultura familiar e extrativismo. A atividade extrativa da Castanha-do-Brasil, objeto da associação, era desenvolvida em áreas de terceiros, de maneira aleatória e sem perspectivas de comercialização, pois a produção, quando os proprietários das terras permitiam a coleta, era vendida para entrepostos a baixos preços, inviabilizando as condições de vida das famílias envolvidas com a atividade. A partir da criação da entidade de representação dos produtores, a atividade passou a ser trabalhada como um negócio, produzida e comercializada em lotes, a melhores preços. A associação fez, também, parcerias firmadas com os proprietários das fazendas onde se localizam os castanhais, de maneira que a coleta agora é perene e regulamentada nos aspectos ambientais e trabalhistas. Os produtores passaram a ter mais alternativas de trabalho e renda, melhorando suas condições de vida com recursos, capacitações, segurança e preservação ambiental para garantir a floresta em pé e produtiva.

O sétimo caso que se apresenta é o da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Tarumã Mirim (Agrofrutas-Tarumã), da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, Manaus –

Amazonas. A comunidade sempre produziu frutas que são próprias da região, mas tinha poucas alternativas para comércio de maneira justa. Com um projeto de criação da cooperativa, as famílias passaram a processar seus frutos e vender as polpas para o mercado institucional. Com a agregação de valor, passaram a comercializar, também, em maiores quantidades na região, obtendo melhores retornos. Com a atuação da organização a representando, a comunidade conseguiu, além de melhores alternativas para trabalho e renda, ações voltadas para seu desenvolvimento social, como melhorias nas ruas, iluminação pública, CEP, escola, base de segurança, dentre outros que melhoraram as condições de vida no local e nas comunidades vizinhas.

Por fim, tem-se o caso da Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (ADERJUR), entidade de representação de produtores rurais de diversas comunidades do Município de Juruena – Mato Grosso. O local, como outros na Amazônia, foi colonizado por agricultores vindos das regiões Sul e Sudeste com a promessa de expansão agrícola na região. Todavia, as condições locais não eram apropriadas, tais como clima, infraestrutura logística, recursos e outros, o que dificultou a permanência das famílias recém-chegadas. Diante desse cenário, os produtores se uniram para pensar em uma alternativa que pudesse melhorar suas condições de vida e criaram a associação para representar seus interesses. Com a organização, conseguiram recursos para produção de agricultura familiar, capacitação para produção extrativa, meios para escoamento e acesso ao mercado – feira municipal, dentre outros. A associação dispunha, também, de um centro de comercialização próprio onde os agricultores podem comercializar seus produtos de forma direta, com melhores retornos financeiros para investimentos nas propriedades e manutenção das famílias de forma digna.

A partir da realidade dos casos apresentados, foi possível a identificação de fatores presentes no contexto socioeconômico e ambiental das comunidades, como se apresentam no Quadro 02 a seguir.

QUADRO 02: CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DAS COMUNIDADES

Fatores	Nº de casos	Comunidades em que se apresentam
1) Ausência de políticas públicas condizentes com a realidade local (-)	8	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
2) Dificuldades para produção e acesso ao mercado (-)	8	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
3) Pouca organização social (-)	4	COMARU, COOPAFS, ACCPAJ e Agrofrutas-Tarumã
4) Conhecimentos e recursos para produção local (+)	8	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

O contexto socioeconômico e ambiental das comunidades era caracterizado por fatores com impacto negativo (-) e fatores tidos como possibilidades para serem empenhados como alternativas para melhorar a realidade local (+).

Em todos os casos, percebeu-se a ausência de políticas públicas condizentes com a realidade local. Desde a sua concepção e nas tentativas de criar alternativas para as comunidades, as políticas públicas pouco se relacionavam com o contexto, como por exemplo, produção de grãos e expansão agrícola na Amazônia, produção de cana-de-açúcar ou outras atividades que não eram passíveis diante das condições climáticas, de infraestrutura ou do meio ambiente da região. Assim, as comunidades acabavam por ficar desassistidas.

Outro fator, presente em todos os casos, diz respeito as dificuldades para produção e acesso aos mercados para os produtos locais. As comunidades desenvolviam alguma forma de atividade produtiva, mas tinham dificuldade para comercializar, devido a pouca infraestrutura logística, baixo valor agregado e poucas alternativas de clientes, o que abria precedente para a

atuação de entrepostos que compravam os produtos a baixos preços, inviabilizando a atividade e dificultando a manutenção dos produtores e suas famílias.

Em quatro dos casos estudados foi identificada a pouca organização social nas comunidades como fator de impacto negativo. Os residentes nessas comunidades pouco se articulavam para criar alternativas coletivas, capazes de gerar impacto positivo no local. Assim, os que produziam, comercializavam de maneira isolada, agindo individualmente. Essa pouca organização social enfraquecia a coletividade das comunidades, abrindo, também, oportunidade para assédio e atuação de entrepostos que exploravam os recursos e produtores inseridos nesse contexto.

Todavia, em todas as comunidades pesquisadas, existiam fatores positivos, tidos como vocações locais e alternativas capazes de apropriação para melhorias socioeconômicas e ambientais. Os membros das comunidades, sejam migrantes recém-chegados ou populações tradicionais já residentes no local, tinham conhecimentos para trabalhar com os produtos da floresta ou com atividades de produção agrícola. Isso, aliado a realidade local, de um bioma rico em recursos, favorecia o desenvolvimento de atividades capazes de modificar as condições das pessoas residentes nas comunidades, dirimindo suas dificuldades e melhorando suas vidas.

Diante do contexto socioeconômico e ambiental apresentado, as comunidades passaram a se articular e buscar alternativas que fossem capazes de modificar suas estruturas sociais, econômicas e seus ecossistemas naturais. Assim, foram iniciados processos que resultaram na criação das ESBC como entidades de representação e agentes de transformação positiva para o contexto que em se inserem.

Diante do exposto, nosso estudo coaduna com a reflexão de Valchovska e Watts (2016) ao evidenciar que as ESBC são criadas a partir do contexto em que as comunidades se inserem, considerando suas particularidades, especialmente, no que diz respeito a suas lacunas e suas vocações. Ainda, nesse sentido, os achados desse estudo corroboram a abordagem de Bezerra-de-Sousa et. al. (2019), trazendo à baila evidências de que as ESBC são criadas com o propósito de gerar valor social para as comunidades ao passo que sua atuação melhora a vida das pessoas a partir da geração de trabalho e renda, educação, acesso aos mercados, dentre outros fatores.

Assim, nosso estudo traz evidências de que as ESBC surgem em contextos desconexos e atuam para promover mudanças nas estruturas sociais das comunidades em que se inserem, gerando resultados capazes de melhorar a realidade local, induzindo a condições de vida mais sustentáveis.

4.2 Fatores influenciadores da criação de ESBC

A partir das comunidades pesquisadas, foram identificados diversos fatores relacionados a criação das ESBC. Tais fatores influenciaram no processo e, por sua incidência, puderam ser classificados em três grupos distintos, sendo desencadeadores, facilitadores e barreiras.

Os fatores desencadeadores são aqueles responsáveis pelo início do processo, ou seja, pontos que chamaram a atenção das comunidades para criar alternativas que fossem capazes de modificar o contexto em que estavam inseridas. Os fatores desencadeadores identificados nas comunidades são apresentados no Quadro 03 a seguir.

QUADRO 03: FATORES DESENCADEADORES

Desencadeador	Nº de casos	Comunidades em que se apresentam
1) Percepção de necessidades coletivas	8	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
2) Busca de melhores alternativas para comercialização	6	COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ e Agrofrutas-Tarumã

3)	Necessidade de representação da comunidade	4	RECA, COOPERVIA, ACCPAJ e ADERJUR
4)	Diretrizes institucionais político	3	COOPERVIA, COOPATRANS e Agrofrutas-Tarumã
5)	Preservação e recuperação ambiental	3	RECA, COOPATRANS e ADERJUR

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Em todas as comunidades pesquisadas, a ideia de criação da ESBC surgiu pela percepção das necessidades coletivas pelos residentes no local, que era das mais diversas, desde alternativas para trabalho e renda quanto para melhorias na infraestrutura e condições de vida para as famílias. Aliado a isso, percebeu-se em seis das comunidades que a criação das ESBC também teve como desencadeador a busca por melhores alternativas para produção e comércio dos produtos locais, visto que os produtos tinham baixo valor agregado, o que dificultava o acesso aos mercados. As comunidades precisavam de uma entidade que pudesse organizar a produção e colocar no mercado direto, com melhores preços e retornos para os produtores, saindo da relação de dependência para com os entrepostos.

Outro fator desencadeador identificado em quatro dos casos pesquisados foi a necessidade de representação das comunidades, de maneira que elas se tornassem visíveis ao seu ambiente externo. A representação diz respeito a reunir e levar as demandas das comunidades para o poder público e outros atores que pudessem apoiar e ajudar na criação de alternativas para promover melhorias nas condições de vida para os residentes no local.

Houve três casos de comunidades em que se percebeu a organização para criar sua entidade de representação para atender diretrizes do ambiente político institucional. Para que as comunidades fossem legitimadas ou para que pudessem acessar recursos e políticas públicas, necessitavam de organização social por meio de uma entidade que as representasse coletivamente. Assim, os atores locais se mobilizaram para criar essa entidade que consiste, por sua atuação, em uma ESBC.

Por fim, identificou-se em três dos casos estudados a percepção da comunidade quanto a importância da preservação e recuperação ambiental como um fator desencadeador. Nas comunidades, existia a presença de membros que militavam por causas ambientais e buscavam modelos alternativos de produção que fossem condizentes com a sustentabilidade local. Existia, também, a necessidade de organizar um modelo produtivo que fosse capaz de recuperar as áreas degradadas por atividades anteriores. Para tanto, era necessário a existência de uma entidade que pudesse organizar os produtores e articulá-los para o desenvolvimento de atividades alinhadas com a sustentabilidade, capacitando e buscando apoio para tal.

Pelos achados, nosso estudo corrobora os pressupostos de Gaddefors e Anderson (2017) ao relacionar a realidade socioeconômica e ambiental do local como fonte de elementos que podem desencadear o processo de criação de uma organização social. Nosso estudo demonstrou que as ESBC são criadas a partir das variáveis presentes nos ambientes das comunidades, tanto internos quanto externos, e que exercem influência no desenvolvimento de alternativas que possam modificar as estruturas sociais predefinidas no local.

Frente a esses fatores, as comunidades avançaram no processo de criação das suas ESBC como entidade de representação. No decorrer do processo, foram identificados alguns fatores que facilitaram o desenvolvimento da alternativa com vistas a promoção de melhorias na realidade em que as comunidades se inseriam, conforme se apresentam no Quadro 04 a seguir.

QUADRO 4: FATORES FACILITADORES

Facilitadores	Nº de casos	Comunidades em que se apresentam
1) Apoio político e institucional	8	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR

2) Potencialidades locais	7	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
3) Dedicção dos atores envolvidos	6	RECA, COOPERVIA, COMARU, COOPATRANS, COOPAFS e ADERJUR
4) Mobilização social	4	RECA, COOPERVIA, COOPATRANS e Agrofrutas-Tarumã
5) Parcerias	4	RECA, COOPATRANS, COOPAFS e ACCPAJ
6) Liderança	3	COOPERVIA, ADERJUR e COMARU
7) Capacitações	3	RECA, COOPAFS e ACCPAJ

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Em todos os casos estudados, as comunidades tiveram o apoio político e institucional como fator facilitador para a criação da sua ESBC. Esse apoio veio por articulação de personalidades políticas e de movimentos sociais que incentivaram o desenvolvimento da proposta. Todavia, o apoio político e institucional chegou até as comunidades a partir do momento em que elas se organizaram internamente e apresentaram clareza quanto a alternativa que estavam dispostas a desenvolver, mostrando seu potencial para que fossem legitimadas e pudessem receber recursos financeiros, estruturais e outros necessários a suas atividades.

Na maioria dos casos estudados, as comunidades contavam com potencialidades, vocações locais passíveis de empenho em atividades produtivas e comerciais. Tais potencialidades consistiam em conhecimentos acerca de atividades produtivas e existência de recursos naturais decorrentes do bioma em que se inseriam, tais como produtos de base florestal, o que facilitou o desenvolvimento de uma alternativa de maneira mais sólida e assertiva. Aliado a identificação das potencialidades, outro fator que facilitou o desenvolvimento da ideia foi a dedicação dos atores internos as comunidades, que compreenderam o que era possível de ser feito e empreenderam seus esforços para que a proposta pudesse se concretizar. Ainda nesse sentido, a mobilização social também facilitou o processo, uma vez que os atores das comunidades se articularam entre si e difundiram a alternativa pensada para os demais, de maneira a somar esforços pela coletividade.

Quando as comunidades estavam organizadas e com suas ideias formatadas, formaram parcerias com atores externos, especialmente com instituições que atuavam em causas sociais e ambientais. Essas parcerias ajudaram no delineamento das propostas, na captação de recursos e nas capacitações das comunidades, outro fator que facilitou o processo de criação das ESBC.

Por fim, foi identificado como fator facilitador, presente em comunidades pesquisas, a existência de lideranças locais. Membros das comunidades, indivíduos ou grupos, que aderiram a proposta pensada e lideraram o processo, seja para construção do projeto, busca de parcerias e encaminhamentos necessários para que a alternativa pudesse ser operacionalizada.

Quanto aos fatores facilitadores, o presente estudo demonstrou que o apoio político e institucional auxiliou as comunidades no desenvolvimento do processo de criação de suas ESBC, como foi evidenciado, também, nos estudos de Grant (2017) e Finlayson e Roy (2019). Todavia, nosso estudo se diferencia destes no sentido de evidenciar que o apoio político e institucional se deu por meio de recursos financeiros e não financeiros disponibilizados as comunidades após elas terem suas ideias formatadas e inicializado o processo de criação das ESBC. Os estudos mencionados trazem o apoio político e institucional por meio de recursos financeiros disponíveis para aqueles que desejam criar uma empresa social, investindo desde a concepção, o que nesse caso estaria mais ligado a um fator desencadeador.

Todavia, mesmo com os fatores potenciais incentivando e facilitando o desenvolvimento das alternativas pensadas pelas comunidades, elas enfrentaram barreiras. Foram identificados alguns fatores que dificultaram o processo de criação das ESBC, como pode ser visualizado no Quadro 05.

QUADRO 5: BARREIRAS

Barreiras	Nº de casos	Comunidades em que se apresentam
1) Pouco apoio inicial pela maioria da comunidade	6	COOPERVIA, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
2) Experiências anteriores pouco exitosas	6	RECA, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
3) Poucos recursos financeiros	5	COOPERVIA, COOPATRANS, COOPAFS, ACCPAJ e ADERJUR
4) Dificuldade de acessar o mercado	4	COMARU, COOPATRANS, COOPAFS e ADERJUR
5) Pouco apoio político institucional de acordo com as demandas locais	4	RECA, COOPERVIA, COMARU e ADERJUR
6) Pouca infraestrutura	4	COMARU, COOPATRANS, Agrofrutas-Tarumã e ADERJUR
7) Pouco conhecimento para o processo	3	COOPATRANS, ACCPAJ e Agrofrutas-Tarumã
8) Burocracia	3	RECA, COOPAFS e ACCPAJ

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Na maioria dos casos estudados, um fator que dificultou o processo foi o pouco apoio inicial pela maioria dos membros das comunidades, mesmo se tratando uma alternativa pensada para promover impacto socioeconômico e ambiental coletivo. Essa barreira está relacionada a outro fator identificado, que é a percepção de experiências anteriores que obtiveram pouco ou nenhum êxito. Com essas ocorrências, alguns dos membros das comunidades encontravam-se desacreditados e pouco se envolveram ou apoiaram a iniciativa que estava sendo desenvolvida.

Por se tratar de propostas que estavam sendo criadas para melhorias nas condições de vida das comunidades, especialmente para geração de trabalho e renda, percebeu-se em cinco dos casos pesquisados que uma das barreiras do processo foram os poucos recursos financeiros de que as comunidades dispunham. Com isso, tornava-se mais difícil a aquisição de bens e outros recursos necessários para operacionalizar as propostas pensadas. Relacionado a esse fator ainda existia a dificuldade de acessar os mercados para os produtos locais, uma vez que a agregação de valor era baixa e o comércio era feito basicamente para entrepostos, resultando em baixos retornos financeiros para investimentos em melhorias como na infraestrutura, por exemplo, outro fator dificultador. Quanto a infraestrutura, as dificuldades eram tanto em termos para produção quanto para acesso logístico às comunidades.

Na metade dos casos pesquisados, pode-se identificar como barreira o pouco apoio político e institucional no sentido de iniciativas, especialmente de políticas públicas, condizentes com a realidade local. Percebeu-se que, desde a formação de algumas comunidades, a ambiente institucional não dialogava com a realidade local, como, por exemplo, nas políticas voltadas para a produção agrícola não aderente à região, formas de incentivo financeiro que não podiam ser acessadas pelas comunidades, exigências legais para comércio, dentre outros. Tanto nos fatores desencadeadores quanto nos facilitadores identificou-se a presença do ambiente político e institucional, mas somente a partir do momento em que as comunidades já estavam organizadas e com suas propostas formatadas. A dificuldade foi a ausência do ambiente político e institucional dialogando e incentivando as comunidades a se organizarem para melhorias no contexto em que estavam inseridas, nos momentos iniciais e mais delicados.

Em decorrência da falta de apoio político e institucional no início das iniciativas, especialmente na formatação das propostas para criação das ESBC, algumas comunidades tiveram dificuldades em compreender o processo e lidar com os trâmites necessários, bem como em avaliar qual seria o formato organizacional mais condizente com sua realidade. Aliado a isso, as comunidades tiveram dificuldades em lidar com as burocracias pertinentes ao processo

de formalização das ESBC e de como mantê-las, com captação de recursos, acesso aos mercados dentre outros.

Quanto as barreiras para o desenvolvimento do processo de criação de ESBC, o estudo de Grant (2017) traz o a falta de financiamento privado como dificultador da criação de empresas sociais, o que é corroborado pelo estudo de Phillips e Johnson (2021) que chama a atenção, como dificultador, para o baixo investimento de impacto por parte de atores não governamentais. Nesse sentido, nosso estudo corrobora aos dois estudos mencionados, pois a falta de recursos financeiros se apresentou como uma barreira para a criação das ESBC. Todavia, nosso estudo avança ao demonstrar que essa barreira pode ser tanto pela falta da disponibilidade de recursos financeiros públicos e privados, bem como de fontes externas e, também internas às comunidades para financiar iniciativas criadas com o intuito de promover melhorias no contexto socioeconômico e ambiental do local em que se desenvolvem.

Além da caracterização dos fatores que podem influenciar no processo de criação das ESBC, como evidenciados anteriormente, o presente estudo permitiu observar esses fatores sob duas óticas, sendo elas interna ou externa às comunidades. Assim, os fatores podem ser posicionados como endógenos ou exógenos, como se apresentam a partir do Quadro XX a seguir.

QUADRO 6: FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS

Fator influenciador	Endógeno	Exógeno
Desencadeador	Percepção de necessidades coletivas Busca de melhores alternativas para comercialização Necessidade de representação da comunidade Preservação e recuperação ambiental	Diretrizes político institucionais
Facilitador	Potencialidades locais Dedicação dos atores envolvidos Mobilização social Liderança	Apoio político e institucional Parcerias
Barreira	Pouco apoio inicial pela maioria da comunidade Experiências anteriores pouco exitosas Pouco conhecimento para o processo Dificuldade de acessar o mercado	Capacitações Pouco apoio político institucional de acordo com as demandas locais
	Poucos recursos financeiros Pouca infraestrutura Burocracia	

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

A partir da realidade pesquisada, pode-se identificar fatores desencadeadores endógenos, ou seja, próprios do contexto interno das comunidades, que eram partilhados por seus membros, tais como percepção da sua realidade, busca por melhorias coletivas e necessidade de representação. Foi identificado como desencadeador exógeno, estímulos externos, do ambiente político institucional que levaram as comunidades a pensar e iniciar o processo de operacionalização de alternativas para melhorar sua realidade de vida atendendo a diretrizes, seja por meio de legitimação ou para atender dispositivos quanto ao acesso a recursos e mercados institucionais a partir da ESBC.

Em relação aos fatores facilitadores endógenos pode-se identificar que as comunidades contaram com a organização de seus membros em prol da criação de alternativas coletivas, considerando desde as vocações locais em termos de recursos e conhecimentos até a presença de lideranças que conduziram o processo para criação das ESBC. Como facilitadores exógenos foram identificados elementos oriundos de apoios do meio político e institucional e parcerias

que auxiliaram as comunidades no desenvolvimento de suas iniciativas. Ainda em relação aos facilitadores, as capacitações são identificadas tanto como elemento endógeno por ser buscada, recebida e praticada por membros internos das comunidades, quanto exógeno por ser ofertada por entes externos às comunidades que somaram forças para a criação das ESBC.

Por fim, no campo das barreiras foram identificados como fatores endógenos as lacunas internas às comunidades, como pouca articulação e adesão por seus membros, que resultava em baixa organização para acessar os mercados, por exemplo e, também, para desenvolver e socializar conhecimentos acerca do processo para criação da ESBC. No campo exógeno, a falta ou pouco apoio político institucional foi uma barreira presente, pois identificou-se que algumas políticas e iniciativas dessa esfera não dialogava com as demandas e perspectivas da comunidade, tampouco com o contexto e especificidades locais. Os poucos recursos financeiros são tanto endógenos, pela carência das comunidades, quanto exógenos pela pouca disponibilidade de financiamentos externos. Nesse mesmo sentido identificou-se a pouca infraestrutura, tanto endógena às comunidades para produção, quanto exógenas pelas dificuldades de acesso e escoamento dos produtos para os mercados. Por fim, identificou-se os trâmites burocráticos que, de maneira endógena se relacionava com as dificuldades das comunidades em compreendê-lo para lidar com eles e, de maneira exógena pelo excesso de burocracia envolvendo o processo de criação das ESBC.

Esses achados vêm a corroborar o estudo de Maher e Hazenberg (2021) ao caracterizar as barreiras exógenas do ecossistema institucional em que as empresas sociais se desenvolvem como dificultadores do processo. Nesse sentido, nosso estudo avança para além da caracterização dessas barreiras, evidenciando, também, as barreiras endógenas às comunidades e como elas influenciam dificultando o processo de criação das ESBC, demandando por iniciativas capazes de mitigá-las para que a alternativa pensada pudesse obter êxito. O estudo avança, ainda, em relação ao estudo mencionado, por trazer não somente as barreiras, mas sim os outros fatores presentes no processo de criação das ESBC, bem como por posicioná-los de maneira externa ou internamente às comunidades.

Pelo exposto, tem-se que a criação de uma ESBC conta com a influência de diversos fatores inerentes ao contexto em que se apresenta, sendo desencadeadores, facilitadores e barreiras, os quais podem ser internos ou externos as comunidades. Tais fatores precisam ser considerados no processo, pois impactam o desenvolvimento de alternativas capazes de modificar as estruturas sociais das comunidades, conduzindo-as a realidades de vida mais justas, equitativas e sustentáveis.

4.3 Percepções e implicações

Pelos casos estudados fica evidente a percepção da influência do contexto socioeconômico em que as comunidades se inserem no desenvolvimento de alternativas para melhorias da sua realidade.

Percebe-se que a criação de uma ESBC recebe a interferência de diversos fatores, os quais podem ser classificados em pelo menos três grupos quanto ao tipo de influência, sendo desencadeadores, facilitadores e barreiras. Ainda, quanto ao ambiente em que se apresentam, esses fatores podem ser agrupados em duas categorias, sendo elas endógena e exógena às comunidades.

O estudo implica, primeiramente, na dinâmica das comunidades, chamando a atenção para observar os fatores presentes em seu contexto e como eles podem influenciar no desenvolvimento de alternativas locais. Esses fatores são decorrentes do contexto socioeconômico e ambiental em que as comunidades se inserem e podem ser responsáveis por “startar” o processo, facilitar ou dificultar o mesmo. Por isso cabem reflexões a partir do reconhecimento de sua presença nos ambientes internos e externos das comunidades para

potencializar as vocações e os elementos que podem facilitar o desenvolvimento de alternativas, bem como da mitigação dos fatores que podem dificultar o processo de busca por melhorias nas condições de vida locais.

Por fim, o estudo traz implicações para reflexões acerca da atuação do ambiente político e institucional junto as comunidades. É importante que as políticas dialoguem com a realidade local, de maneira que possam ser mais assertivas e trazer benefícios para as populações, especialmente, mais vulneráveis da pirâmide social. O ambiente político e institucional deve conhecer a realidade das comunidades para poder desenvolver e canalizar mecanismos que sejam capazes de modificar positivamente as estruturas sociais locais, promovendo alternativas para condições de vida mais justas, equilibradas, coletivas e sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão norteadora desse estudo que era “quais os fatores que influenciam na criação de Empresas Sociais Baseadas em Comunidades?” foi respondida, permitindo, dessa forma, o alcance do objetivo proposto pela pesquisa de campo que foi analisar os fatores que influenciam na criação de ESBC a partir da realidade de comunidades localizadas no contexto da Amazônia Brasileira.

O estudo evidenciou que a criação de ESBC, nos casos das comunidades pesquisadas, recebe a influência de diversos fatores que podem ser caracterizados basicamente como desencadeadores, facilitadores e barreiras. Esse estudo proporcionou, ainda relacionado ao seu objetivo, o posicionamento dos fatores influenciadores da criação de ESBC, podendo ser endógenos ou exógenos. Os fatores endógenos são aqueles internos às comunidades, decorrentes das ações e articulações de seus membros. Os fatores exógenos são aqueles inerentes ao ambiente externo das comunidades, envolvendo o contexto político institucional de outros atores que podem se relacionar com a criação das ESBC.

Diante do contexto em que se desenvolveu, o presente estudo teve como limitações o período de pandemia de Covid-19 que dificultou o acesso as comunidades, o que limitou o método de pesquisa, uma vez que não foi possível comportar um número maior de fontes de evidências como mais atores entrevistados e inclusão de observações de campo.

A partir dos achados desse estudo e das reflexões pertinentes, sugerem-se estudos futuros a serem desenvolvidos em outros contextos para além da Amazônia Brasileira, de maneira que possam ser identificados fatores semelhantes e fatores não observados neste momento. Sugerem-se, também, estudos guiados pelas teorias organizacionais, o que pode fortalecer o campo com bases teóricas sólidas e passíveis de aplicação para fenômenos voltados para a transformação socioeconômica e ambiental, especialmente no contexto de populações vulneráveis e que buscam modos de vida mais justos e sustentáveis.

6 REFERÊNCIAS

- ALTINAY, L.; SIGALA, M.; WALIGO, V. Social value creation through tourism enterprise. **Tourism Management**, Volume 54, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3º ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARKI, E.; RODRIGUES, J.; COMINI, G. M. Negócios de impacto: um conceito em construção. **Rev. de Empreendedorismo e Gest. Pequenas Empres.** São Paulo, v.9, n.4, p. 477-504 - Set./Dez. 2020.
- BEZERRA-DE-SOUSA, I. G.; MORAIS-DA-SILVA, R. L.; TAKAHASHI, A. R. W.; SEGATTO, A. P. O valor social gerado por empresas sociais: reflexões a partir de uma meta-síntese. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 75-92, maio/ago. 2019.

CAMPOS-CLIMENT, V.; SANCHIS-PALACIO, J. R. The influence of knowledge absorptive capacity on shared value creation in social enterprises. **Journal of Knowledge Management**, Vol. 21 Issue: 5, pp.1163-1182 (2017).

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Sage, 2010.

DEFOURNY, J.; NYSSSENS, M. Fundamentals for an International Typology of Social Enterprise Models. **Voluntas** (2017) 28:2469–2497.

DENTONI, D.; PASCUCCI, S.; POLDNER, K.; GARTNER, W. B. Learning “who we are” by doing: Processes of co-constructing prosocial identities in community-based enterprises, *Journal of Business Venturing*, Volume 33, Issue 5, 2018.

FINLAYSON, E.; ROY, M. J. Empowering communities? Exploring roles in facilitated social enterprise. **Social Enterprise Journal**, Vol. 15 No. 1, pp. 76-93 (2019).

FLICK, U. **Qualidade na Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GADDEFORS, J.; ANDERSON, A. R. Entrepreneurs and context: when entrepreneurship is greater than entrepreneurs. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, Vol. 23 Issue: 2, pp.267-278, 2017.

GODÓI-DE-SOUSA, E.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. Social Enterprises in Brazil: Socially Produced Knowledge Versus Social Innovation. **J. Technol. Manag. Innov.** 2013, Volume 8, Special Issue ALTEC.

GRANT, S. Social enterprise in New Zealand: an overview. **Social Enterprise Journal**, Vol. 13 Issue: 4, pp.410-426, 2017.

HERTEL, C.; BINDER, J.; FAUCHART, E. Getting more from many - A framework of community resourcefulness in new venture creation. **Journal of Business Venturing**, Volume 36, Issue 3, May 2021, 106094.

LAYLO, A. Macro-level enabling conditions for the formation of social business enterprises in the Philippines. **Asia Pacific Journal of Innovation and Entrepreneurship**, Vol. 12 No. 1, 2018, pp. 5-13.

LIU, Y. H.; ZHANG, C. J.; JING, R. T. Coping with Multiple Institutional Logics: Temporal Process of Institutional Work during the Emergence of the One Foundation in China. **Management and Organization Review** 12:2, June 2016.

MAHER, M.; HAZENBERG, R. Floating down the river: Vietnamese community-led social innovation. **Social Enterprise Journal**, Vol. 17 No. 1, pp. 1-19 (2021).

MURPHY, M.; DANIS, W. M.; MACK, J.; SAYERS, J. From principles to action: Community-based entrepreneurship in the Toquaht Nation. **Journal of Business Venturing**, Volume 35, Issue 6, 2020.

NASCIMENTO, L. S.; SALAZAR, V. S. Overcoming the theoretical duality on social enterprise formation. **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, 2053-4604 (2020).

PEREDO, A. M.; CHRISMAN, J. J. Toward a Theory of Community-Based Enterprise. **The Academy of Management Review** August 2006.

PETRINI, M.; SCHERER, P.; BACK, L. Modelo de negócios com impacto social. **RAE - São Paulo**, V. 56 n. 2, mar-abr 2016, pp 209-225.

PHILLIPS, S. D.; JOHNSON, B. Inching to Impact: The Demand Side of Social Impact Investing. **Journal of Business Ethics** 168, 615–629 (2021).

SALAMZADE, A.; ARASTI, Z.; ELYASI, G. M. Creation of ICT-Based Social Start-Ups in Iran: A Multiple Case Study. **Journal of Enterprising Culture**, Vol. 25, No. 1 (March 2017) 97–122.

SHARIR, M.; LERNER, M. Gauging the success of social ventures initiated by individual social entrepreneurs. **Journal of World Business** 41 (2006) 6–20.

VALCHOVSKA, S.; WATTS, G. Interpreting Community-Based Enterprise: A Case Study from Rural Wales. **Journal of Social Entrepreneurship**, mar, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. [s.l.] Bookman, 2015.